

Pedro Estevam da Rocha Pomar direcionado à Comissão Nacional da Verdade no dia 7 de agosto de 2014

1. Chacina da Lapa (São Paulo, 1976). A operação executada pelos órgãos de repressão da Ditadura Militar em dezembro de 1976 em São Paulo, conhecida como Chacina da Lapa ou Massacre da Lapa, resultou no assassinato de três dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e na prisão de outros seis militantes. Os dirigentes assassinados no dia 16 de dezembro de 1976: João Baptista Franco Drummond, Angelo Arroyo e Pedro Ventura de Araújo Pomar. Pomar, de 63 anos, fora deputado federal pelo PSP (legislatura de 1947-1951). Arroyo foi um dos comandantes da Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Ambos eram militantes históricos do antigo Partido Comunista do Brasil (PCB) e depois fundadores do dissidente PCdoB. Drummond, o mais novo, pertencia à Ação Popular Marxista-Leninista (APML) quando esta fundiu-se com o PCdoB, no início dos anos 1970.

O desfecho da operação foi o ataque a tiros à casa 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa, na capital paulista, onde o Comitê Central do PCdoB esteve reunido entre os dias 11 e 15 de dezembro de 1976.

A fuzilaria desfechada contra a casa ocorreu na manhã de 16 de dezembro, quando a reunião já havia terminado. Nesse momento, os dirigentes que haviam deixado o local antes do ataque (na noite de véspera ou de manhã bem cedo) já se encontravam, na sua maioria, presos, e um deles, Drummond, morreu, tudo indica, ao tentar fugir durante uma sessão de torturas no DOI-CODI do II Exército. A operação foi coordenada pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e levada a cabo pelos destacamentos de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (conhecidos pela sigla DOI-CODI) do II Exército (SP) e do I Exército (RJ). Também participaram da operação agentes do DOPS, entre eles Sérgio Paranhos Fleury. O desmantelamento da direção do PCdoB só foi possível porque um dirigente capturado meses antes no Rio de Janeiro, Jover Telles, decidiu colaborar com os órgãos de repressão. Jover concordou em deixar-se seguir por agentes do Exército. Eles não tinham o endereço do local onde se reuniria o Comitê Central, mas puderam seguir o carro que o apanhou para participar da reunião na Lapa e assim localizaram a casa. O cerco durou quatro dias e contou com cerca de 50 agentes, na avaliação do então sargento Marival Chaves do Canto. Um ofício confidencial revela que o Estado-Maior do II Exército pediu à Secretaria de Segurança Pública, com dias de antecedência, o bloqueio da Rua Pio XI na manhã de 16 de dezembro. Isso prova que o ataque foi premeditado e que, se os militares quisessem, Pomar e Arroyo poderiam ter sido capturados, ao invés de fuzilados. Para justificar as mortes, o II Exército informou que houve “resistência armada”, e a equipe de Fleury “plantou” armas usadas na casa. Há contradição flagrante nos laudos dos peritos quanto ao número de armas supostamente existentes no local. A inconsistência dos laudos e da versão da Ditadura Militar para o episódio, de “tiroteio”, é documentada no livro *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB - São Paulo, 1976*, de minha autoria (3ª edição, São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2006), no capítulo I, p. 18 e no capítulo III. O II Exército também mentiu sobre a morte de Drummond, alegando que ele morreu “atropelado”. Na verdade, todas as evidências indicam que o jovem militante do PCdoB estava nas dependências do DOI-CODI, na rua Tutóia, quando conseguiu desvencilhar-se de uma sessão de torturas e fugir, mas teria sofrido uma queda no poço da torre de rádio.

Os presos e as torturas

Foram presos na operação do Exército os seguintes militantes: Aldo Arantes, Haroldo Lima, Elza Monnerat, Wladimir Pomar, Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade. Com a possível exceção de Maria Trindade, todos os presos na ocasião foram torturados,

no Rio de Janeiro (onde foram interrogados por agentes do DOI-CODI do I Exército) e em São Paulo (no DOPS e no DOI-CODI do II Exército). Os dirigentes do PCdoB presos naquela ocasião (Aldo Arantes, Haroldo Lima, Elza Monnerat, Wladimir Pomar) foram julgados pela Justiça Militar em junho de 1977, condenados e presos, o mesmo ocorrendo com Joaquim Celso. Maria Trindade foi absolvida. As torturas infligidas aos militantes comunistas são detalhadamente descritas no livro *Massacre na Lapa* (3ª edição), no capítulo IV, p. 48 e seguintes e no anexo iniciado na p. 161 (Memorial de Haroldo Lima).

Responsabilidades

A operação da Lapa contradiz frontalmente o mito criado pelo governo Geisel sobre o “fim dos excessos” após a destituição do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército, provocada pelos assassinatos de Vladimir Herzog (outubro de 1975) e Manuel Fiel Filho (janeiro de 1976). Os documentos comprovam que a execução de Pomar e Arroyo e as torturas a que foram submetidos os demais militantes do PCdoB contaram com prévio conhecimento e aprovação do general Dilermando Gomes Monteiro, o homem que Geisel colocou à frente do II Exército no lugar de Ednardo. Destaque-se as responsabilidades dos seguintes militares e agentes da Ditadura Militar nesse episódio, que devem a meu ver ser investigadas pela CNV (todos foram incluídos na tabela Identificação dos Autores da Morte/Desaparecimento)

■ General Ernesto Geisel. Depois dos desdobramentos dos assassinatos de Herzog e Fiel Filho no DOI-CODI do II Exército, é implausível que uma operação dessa envergadura fosse realizada sem o conhecimento do ditador.

■ General Leônidas Pires Gonçalves, então comandante do CODI do I Exército, admite que subornou Jover Teles para que este concordasse em colaborar com a localização da reunião em São Paulo.

■ Coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra, então ex-comandante do DOI-CODI, é citado como encarregado de acompanhar a ação pelo CIE, tendo dado declarações sobre o episódio que sugerem sua participação pessoal nele.

■ General Dilermando Gomes Monteiro, então comandante do II Exército, foi um dos principais responsáveis diretos pelo assassinato dos militantes do PCdoB, tendo autorizado o ataque à casa e, posteriormente, encoberto a farsa montada para justificar a morte de Drummond, atribuída a um suposto atropelamento. Também negou a prática de torturas nos sobreviventes, apesar de todas as evidências.

■ General de brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior e comandante do CODI do II Exército, a quem deviam obediência os agentes do respectivo DOI. Seu nome aparece nos principais documentos referentes ao ataque à casa enviados à Secretaria de Segurança Pública.

■ Tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, então comandante do DOI-CODI do II Exército. O general Dilermando declarou a mim que Rufino (que segundo ele teria falecido em 1986) foi quem comandou o ataque à casa da Rua Pio XI.

■ Tenente-coronel Laurindo Ribeiro, presidente do Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, que em 1977 condenou parte dos réus a cinco anos de prisão e cassação dos direitos políticos por dez anos, e demais membros dessa corte. No mesmo processo, Armando Frutuoso, assassinado em 1975 no DOI-CODI do I Exército (RJ), foi condenado a cinco anos de prisão apesar de ter sua morte citada por vários réus, e pedida a extinção de sua punibilidade.

■ Osvaldo Maciel. Militar lotado no DOI do II Exército, provavelmente oficial, assina recibo de que o preso Haroldo Lima foi encaminhado pelo DOPS em 6 de janeiro de 1977.

■ Sérgio Paranhos Fleury, diretor do DOPS, aparece em vários depoimentos de testemunhas oculares como um dos principais protagonistas do ataque à casa e o responsável por plantar provas falsas que convalidassem a tese de “tiroteio”.

■Alcides Singilo, delegado do DOPS, é citado em depoimentos de advogados por suas práticas intimidatórias contra esses profissionais que defendiam os presos do PCdoB.

2. Assassinato e desaparecimento de ARMANDO TEIXEIRA FRUTUOSO (ou FRUCTUOSO). Este dirigente do PCdoB foi executado sob torturas pelo DOI-CODI do I Exército (RJ), presumivelmente em setembro ou outubro de 1975, conforme detalhado depoimento de Gildásio Westin Consenza no livro citado (ver capítulo VII, particularmente p. 112). Ao investigar o caso da Lapa, levantei informações que evidenciam claramente a responsabilidade intelectual de dois chefes militares pela sua morte:

■General Leônidas Pires Gonçalves, então comandante do Estado-Maior e do CODI do I Exército, ao qual se subordinava o respectivo DOI; e

■General Reynaldo Mello de Almeida, então comandante do I Exército e superior hierárquico de Leônidas.

Os depoimentos de Leônidas sobre esse período revelam que ele acompanhava atentamente a atuação de seus subordinados e, por outro lado, discutia as operações com Reynaldo. Portanto, há que investigar as responsabilidades de ambos na morte de Frutuoso, cujo paradeiro jamais foi localizado.

3. Assassinato da guerrilheira Marilena Villas Boas em 1971, no Rio de Janeiro. O coronel paraquedista do Exército Dickson Grael, que entrevistei em 1986, revelou-me na ocasião que um sargento paraquedista que servira sob suas ordens lhe confidenciou haver entregado a jovem “inteira” para os agentes do DOI-CODI do I Exército, ou seja, viva e em bom estado. E que depois recebeu ordens de entregar o corpo da moça à família, em caixão lacrado, e constatou que estava irreconhecível e com um tiro no peito. Ela era conhecida, segundo Grael, como “Índia Poty”, e pertencia à família proprietária das Casas Gelli, tradicional loja de Petrópolis.